

Grupo dos 24: FMI deve impor condições a credores

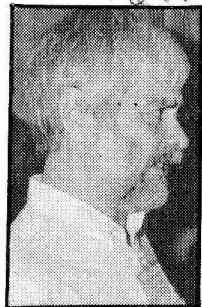
Dívida EXTERNA

22 SET 1986

Credores e devedores assumiriam compromissos

recíprocos e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaria a intermediar as negociações sobre a dívida externa. Esses são os principais pontos da proposta apresentada pelo Grupo dos 24 ao Conselho de Diretores do Fundo, cujo objetivo é mudar o papel até agora desempenhado pelo FMI, afirmou ontem um dos redatores do documento, o economista Edmar Bacha, ex-Presidente do IBGE.

O documento, de 70 páginas, foi encomendado pelo Grupo dos 24 e elaborado entre novembro de 1986 e abril último por dez especialistas de países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. Segundo Bacha, "o documento é um marco por ser o primeiro esforço do Grupo dos 24 para fazer propostas concre-



Edmar Bacha

tas sobre a mudança do papel do FMI". O documento será o principal tema da reunião anual do Fundo, que começa dia 28, em Washington.

Bacha explicou que a "condicionalidade recíproca" — que exigiria compromissos expressos de credores e devedores na execução de um programa do Fundo — pretende "incorporar o crescimento como critério de avaliação para os programas do FMI". Ele disse que até agora o FMI exigia a condicionalidade apenas dos devedores, enquanto o documento propõe que os credores também se comprometam a fornecer os recursos necessários aos devedores, para que os ajustes na economia combinem com o crescimento. O economista comentou que o FMI hoje faz apenas exercício financeiro para limitar o crédito bancário doméstico e o crédito fiscal, mas, se aceitar as propostas do documento, faria também exercício de crescimento visando a fixar o volume de recursos que seriam fornecidos pelos credores aos devedores.

Quanto aos juros, Bacha disse que o documento recomenda que "o FMI tenha um papel mais atuante na re-

construção da dívida, intermediando nas negociações entre credores e devedores, determinando não apenas os recursos para os devedores, mas que esses recursos sejam compatíveis com a manutenção de padrões de endividamento externo". O objetivo, explicou, é evitar que a dívida torne-se explosiva para a economia de um país. Se isso ocorresse, o FMI poderia intervir fixando a redução dos juros da dívida daquele país.

Outro ponto importante, disse Bacha, é o direito que os países devedores teriam sobre a capitalização automática dos juros. Ele explicou que esse processo seria viável através de uma cláusula que permitisse a simultaneidade, em prazo e volume, do pagamento dos juros ao fornecimento de novos empréstimos. Essa cláusula, disse, seria usada para os países que demonstrem impossibilidade de reconstruir a dívida sem ajuda financeira externa. Todas as propostas, salientou Bacha, não significam o abandono da política de austeridade, que é um dos pontos fundamentais dos programas de ajuste do FMI.